



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E BIODIVERSIDADE

No dia 04 de dezembro de 2020, às 09:00, ocorreu a segunda reunião ordinária do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidades, através da plataforma virtual Teams. Participaram da reunião os membros, abaixo relacionados, além de convidados. Após a verificação de quórum e cumprimentar a plenária, o Secretário do Meio Ambiente, **João Carlos Oliveira**, agradeceu a presença de todos e desejou uma excelente reunião. Em seguida, a coordenadora da Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais, **Miriã Caetano/ SEMA/SECEX** deu encaminhamento a reunião colocando a Ata da 1ª Reunião em votação, que foi aprovada com ajustes apresentados pela Profª Maria Dolores/ UNEB. Clarissa esclareceu que o Prof. Landim da UFba esteve presente. Dando prosseguimento a Assessora Especial, **Mariana Vidal/SEMA**, fez uso da palavra lembrando que ficou como encaminhamento para esta reunião a aprovação do Estatuto do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade. Informou não ter recebido nenhuma contribuição, apenas alguns ajuste de forma que foi enviado para os membros. Em seguida o Estatuto do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidades foi colocado em votação. **Maria Dolores/UNEB** lembrou que na ata consta a solicitação de esclarecimento do termo ecossistema no art. 6º do estatuto, no texto continua ecossistema de inovação, entretanto ainda assim com a ressalva votou pela aprovação. O estatuto foi aprovado por unanimidade. Passando para próximo ponto de Pauta, a Secretária geral do FBMC, **Clarissa Amaral/SEMA**, iniciou apresentação sobre as Câmaras Técnicas passando à leitura dos artigos do Estatuto que tratam desse assunto. Art. 21 *“Poderão ser criadas Câmaras Temáticas, provisórias ou permanente, por deliberação da Plenária, sob a coordenação de qualquer membro, composto por representantes de órgãos governamentais, entidades empresariais, sociedade civil organizada, meio acadêmico e de meios de*

comunicação social, com objetivo de analisar, elaborar documentos e relatar assuntos específicos a serem a elas submetidos.”§1º - Deverá ser observado o limite máximo de 05 (cinco) Câmaras Temáticas. § 2º - Comporão as Câmaras Temáticas membros titulares ou suplentes do Fórum e convidados. § 3º Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser considerados a natureza técnica do assunto da sua competência, o feedback dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica ou matéria atuação de suas componentes em áreas de interesses da referida Câmara.**Art. 22-** As Câmaras Temáticas poderão sugerir a criação de Grupos de Trabalho específicos que atuarão temporariamente para examinar temas relevantes para deliberação do Plenário.

§1º - As Câmaras Temáticas serão constituídas de no mínimo 03 (três) e no máximo de 06 (seis) componentes, sendo no mínimo um terço de membros titulares ou suplentes do Fórum. §2º - Cada órgão ou entidade representada somente poderá participar, simultaneamente, de até 02 (duas) Câmaras Temáticas. **Art. 23** – As Câmaras Temáticas serão instituídas mediante sugestão e aprovação em Plenário do Fórum, por meio de Recomendações que estabelecerá suas competências, composição, prazo de instalação e funcionamento. **art. 24** – As Câmaras Temáticas elegerão, entre seus componentes, os respectivos Coordenadores e Relatores, devendo os mesmos ser eleitos na primeira reunião ordinária da respectiva Câmara Temática, por maioria simples dos votos dos seus integrantes. §1º - Os Coordenadores das Câmaras Temáticas Permanentes terão mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução uma única vez, por igual período. §2º - Em caso de vacância, será realizada nova eleição, em conformidade com o disposto no caput deste artigo.**Art. 25** – Os relatórios das Câmaras Temáticas serão encaminhados ao Plenário para subsidiar as decisões.**Art. 26** – As reuniões das Câmaras Temáticas serão convocadas por seus respectivos Coordenadores com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, e considerando, um prazo mínimo de 10 (dez) dias da reunião ordinária do Fórum. §1º - As reuniões serão abertas à participação pública, mediante inscrição prévia junto à respectiva coordenação, exceto, nas situações em que a plenária delibere que a reunião será fechada e terão sua matéria apresentada pelo relator. §2º - Os ouvintes interessados nas reuniões, referidas no parágrafo

anterior, não terão direito à palavra, salvo quando um integrante da Câmara Temática solicitá-la. §3º - *A ausência não justificada previamente de componentes das Câmaras Temáticas por 03 (três) reuniões consecutivas, ou por 05 (cinco) alternadas, no decorrer do período de representação, implicará na exclusão dos mesmos.* **Clarissa Amaral/SEMA** explicou que os objetivos com a constituição de Câmaras Temáticas é formar uma rede de fomento e produção de conhecimento técnico científico que possa subsidiar a atuação de seus membros. Enfatizou que as Câmaras Temáticas poderão ser compostas pelos membros titulares ou suplentes do fórum e convidados, e coordenada por qualquer um de seus membros, com o objetivo de analisar, elaborar documentos e relatar assuntos específicos a serem a elas submetidos. Para tanto, na sua composição serão consideradas a natureza técnica do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica ou notória atuação de seus componentes em área de interesse de cada Câmara. Ressaltou, ainda, que as Câmaras Temáticas podem ter caráter permanente ou provisório, por deliberação de seus membros, o que garante flexibilidade para atender às demandas de atuação do Fórum. Lembrou que essas Câmaras podem ser provisórias, representando apenas o momento de elaboração do plano porque temos outras necessidades, dando como exemplo, Educação Ambiental, Comunicação Pública; Impactos sobre os risco de desastres ambientais. **Maria Dolores/ UNEB** apresentou algumas sugestões para as Câmaras Técnicas como: Biodiversidade e Conservação; Restauração de Áreas Degradáveis; Desenvolvimento Sustentável. Clarissa explicou que o que foi colocado é uma sugestão foi indicação do pessoal que está participando dos inventários Gás e Efeito Estufa e que irão coordenar o Plano Estadual Enfrentamento as Mudanças Climáticas, pontou a necessidade de haver um alinhamento com este setor e disse que a própria Superintendência dela também tem sugestão. **Maria Dolores/ UNEB** disse concordar que a popularização da ciência se faz necessária para que o cidadão tenha conhecimento da situação ambiental. **Clarissa Amaral/SEMA** reforçou que as indicações das Câmaras Temáticas estão sendo colocadas para discussão e não uma imposição. **Clarissa Amara/SEMA** lembrou que a gestão do ICLEI, que é a instituição contratada para fazer a elaboração dos inventários e que certamente deverá coordenar a elaboração do nosso plano

estadual de enfrentamento as mudanças climáticas, sugeriu que essas Câmaras Temáticas deveriam estar alinhadas aos setores dos inventários que seriam agricultura e pecuária, indústria e mineração, energia, transporte, resíduos sólidos. Diz, ainda, que esse é o espaço para discussão. **André Luiz Linger/SDE** argumentou que se é um plano de enfrentamento das mudanças climáticas, um programa estadual de enfrentamento, o foco dessas Câmaras deve ser o mesmo. Disse que as mudanças climáticas irão trazer problemas seríssimos. Comentou que trabalha na zona costeira de marinha e que a área que será fortemente atingida pelas mudanças climáticas em curso com a erosão, perda de propriedade, inundação, diminuição da biodiversidade, entre outras consequências. Acredita que focar em pontos onde essas mudanças não serão sentidas fica um pouco deficiente. Disse que uma coisa é a emissão, outra são os impactos e sugeriu Câmara Temática dos Impactos na Zona Costeira e do Ambiente Marinho considerando que será uma região duramente afetada. **Maria Dolores/UNEB** concordou com o Prof^o Landin e acrescentou que não só a costa como também o semiárido sofrerá com as mudanças na parte mais interna da mata atlântica. Assim, achou interessante colocar Câmaras Técnicas abrangendo os impactos ambientais, incluindo como lembrado por Renato Cunha as comunidades que estão sendo afetadas por isso. **Cristina Seixas/MP** - disse concordar com Prof^o. Landin/UFBA, que o foco é garantir cada vez mais a redução das emissões de gases do efeito estufa assim como garantir plano de adaptação e mitigação. Acredita que quando se fala em restauração da área degradada podia-se se falar de outras questões como os impactos pelos efeitos das mudanças climáticas na costa tenhamos que trabalhar talvez uma Câmara Técnica de Adaptação e Mitigação onde efetivamente irá se trabalhar com essas consequências com os efeitos que irão gerar essas nossas ações. Informou que outros países já estão atuando na adaptação sabendo o que vai acontecer. Sugeriu estudar quais seriam essas consequências aqui na Bahia e analisar quais adaptações já teria que se adotar, que tipo de mitigação começar a fazer agora. Acha que está se discutindo muito resultado e acredita que é necessário trabalhar a prevenção. Biodiversidade e Conservação com foco na prevenção estariam trabalhando o que o Fórum pretende. Importante ter Câmaras Técnicas que tenham produto para oferecer voltados para adaptação e mitigação dos impactos. **Evilásio**

Fraga/CONERH - disse perceber que tem algumas sugestões de câmara com sobreposição com outros colegiados, outros conselhos. Disse que a questão costeira é fato que precisa considerar independente das mudanças climáticas a faixa costeira tem sofrido com a erosão e isso é sentido por todos nós. Lembrou que a Bahia tem litoral extenso e povoado e é preciso levantar essas questões e até propor política pública. Outra questão é aproveitar esse espaço e focar no que de fato pode ser produzido em termo de proposta de política. Como proposta, por estar ligado ao interior da Bahia ligado a agricultura e pecuária até ver de que maneira a mudança climática pode estar influenciando a desertificação e a produção de alimentos. **Renato Cunha/ GAMB**A- acha que as Câmaras Técnicas não pode ser da temática de emissões propostas pelo ICLEI, poderiam ser grupos de trabalho, e concordou com as Câmaras Técnicas para tratar das adaptações e mitigações como foi dito por Dra. Cristina Seixas. Disse que precisa incluir no Fórum as populações que estão sendo afetadas com esses efeitos: indígena, agricultura familiar, quilombolas e outras tantas. Temos que ter a contribuição pelas pessoas que já estão sendo afetadas por estas questões. Também falou das Câmaras Técnicas terem um grupo de comunicação e informação em educação ambiental para que tudo seja transferido para população, para a sociedade. Educação e comunicação precisam estar em nosso radar, farol para que tudo que for feito pelo Fórum chegue a sociedade. **Maria Dolores/UNEB**- diz que deve ser tentar chegar a um denominador comum, pois por exemplo o semiárido está passando por eventos climáticos extremos, temos degradação do cerrado devido a extensão do agronegócio, assim a ideia que todos possam ser contemplados. Pergunta, ainda, se cada Câmara Temática não estaria contemplando educação ambiental. Foi sugerido, então as seguintes Câmaras: Adaptação e mitigação; Emissão; Impactos Ambientais, Ecossistemas Terrestres e Costeiros Marinhos; Restauração de Áreas Degradadas; Estudo da Biodiversidade. Cristina Seixas/MP-Ba, diz que o ICLEI poderia apresentar como está fazendo o trabalho do inventário e porque trouxeram agricultura, pecuária, outros usos da terra, indústria e mineração, energia, o problema sério que é a zona costeira como todos sabemos. O pensamento é que toda Câmara Temática tenha vinculado a sua análise e aos seus produtos um grupo de trabalho voltado para emissão, impactos decorrentes da emissão, forma de redução da emissão,

tecnologias voltadas para redução dessa emissão e práticas sustentáveis, a partir dos estudos do inventário grupo trabalho adaptação e mitigação para esses efeitos; educação ambiental, popularização da ciência para incorpore padrões novos de comportamento para redução de emissão. Definir as 05 Câmaras com a base e foco daquilo que já está sendo feito no inventário, formando grupos semelhantes em cada Câmara. Sugerir que o ICLEI possa apresentar o inventário, o que se apurou no inventário para subsidiar todos na constituição das Câmara Temáticas. Clarissa esclarece que está trabalho com estimativa, tendo como base as informações do Ministério. **Evilásio Fraga /CONERH** - disse que diante da citação que agricultura e pecuária é recordista em emissão, solicita informações quanto a fonte que levou em consideração esse resultado e tecnologias utilizadas para aferir esses dados. **Clarissa Amaral/SEMA** esclareceu que esta no portal do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. **Augusto Tosato/SDR** disse que interessante colocar grupos de trabalho de redução de emissão, adaptação, mitigação, educação ambiental e comunicação dentro das Câmaras Técnicas e testar por uns 6 meses. Também falou da necessidades dessas Câmaras se entrelaçarem. **José Alberto Neves/ - ABRAFE** falou que entende ser necessário 3 Câmaras: Emissão, Mitigação e Adaptação; Avaliação dos Trabalhos Realizados. Também sugeriu observar o currículo para que as pessoas fossem direcionadas de forma mais técnica as respectivas Câmaras. Após as sugestões da Plenária, as propostas de Câmaras Técnicas foram colocadas em votação e a proposta Aprovada foi a com a seguinte composição Câmaras Técnicas: Agricultura, Pecuária e outros usos da terra; Indústria e Mineração; Energia e Transporte; Impactos ambientais nos ecossistemas terrestres e costeiras e marinhas; resíduos sólidos e efluentes. Ressaltando que cada Câmara Temática será composta por três Grupos de Trabalho fixos, que atuarão nas questões de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, a emissão de poluentes, educação ambiental e comunicação, em cada área. **Clarissa Amaral/SEMA** lembrou que essas Câmaras Temáticas podem ter caráter permanente ou provisório, por deliberação de seus membros, o que garante flexibilidade para atender às demandas de atuação do Fórum. Após discussão da Plenária foi decidido deixar a composição das Câmaras Temáticas para próxima reunião, bem como a votação do calendário anual das

reuniões. **Renato Cunha/ GAMBA** solicitou que também seja colocado na próxima pauta a ampliação de membros do Fórum. Ficou definido que a próxima reunião irá ocorrer em 03 de Fevereiro de 2021. Passando para o próximo ponto de pauta, **Mauro Romani** apresentou o Programa Crédito Floresta. Explicou que o Brasil Mata Viva é uma metodologia junto com a UNESP de inventariar o serviço de ecossistema dos Biomas. Que gerou um Ativo Ambiental com base pagamento por serviços ambientais, especificamente o serviço de florestas nativas, gerado a partir da proteção de florestas que gera como produto o Crédito Floresta. Esse crédito é gerado a partir da preservação de áreas de florestas (incluindo APPs e Reserva Legal), sejam em propriedades rurais privadas ou em áreas de conservação pública, que são inventariadas e certificadas por meio de protocolos internacionais. Informou que o Programa é registrado nas Nações Unidas para o Meio Ambiente. Enfatizou que é um ativo importante porque ele extrapola a área ambiental e entra na área de serviços do agronegócio. Explicou que o Crédito de Floresta, na forma de certificados de titularidade, permite a transferência e a transação dos direitos creditórios dos benefícios oriundos da proteção da vegetação nativa e os ativos biológicos gerados pelos projetos que preconizam proteção de florestas, implantação de unidades agroindustriais e ações sociais na comunidade local. Resumiu dizendo que a ideia é que os proprietários de terra de uma determinada região se organizem sob a forma específica de Associação de Produtores Rurais e desenvolvam um plano de conservação ou de sustentabilidade de sua cadeia produtiva. Em seguida é feita a avaliação de seu patrimônio natural por meio de um protocolo científico desenvolvido especificamente para o programa e baseada no Pagamento por Serviços Ambientais. O patrimônio é então calculado na forma de um ativo denominado Crédito de Floresta. Empresas, por sua vez, podem compensar o impacto de suas atividades produtivas comprando esses créditos, ao passo que participam da preservação e proteção do patrimônio ambiental. A compra e venda dos ativos acontecem por meio de uma plataforma digital segura, de acesso público e transparente. Não havendo nada mais a tratar, Secretário e Presidente do Fórum, **João Carlos Oliveira**, fez uso da palavra agradecendo a participação de todos. Disse que apesar do ano atípico a SEMA conseguiu repensar planejamento e apesar das circunstâncias, mas com esforço em conjunto

obtiveram um ano produtivo. Falou do avanço do Programa Água Doce e do Plano Revitalização Bacia. Desejou a todos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo. Que 2021 possamos resgatar o sonho e a esperança e que possamos desenvolver as ações meio ambiente com efetividade. A reunião foi encerrada e a ata vai ser assinada e aprovada.

Secretaria Geral: Clarissa Maria de Azevedo Amaral - SEMA

Presidente: João Carlos Oliveira da Silva - SEMA

André Santana da Silva – Casa Civil

Washington de Jesus Sant'Anna da Franca Rocha - SECTI

José Augusto Tosato - SDR

André Luiz Líger de Oliveira - SDE

Ananda Teixeira Costa Lage - SEDUR

Adriano Souza de Oliveira - SEINFRA

José Carlos Alves Gallindo Júnior - BAHIAGÁS

Cristina Seixas Graça – MP Estadual

Arlinda Dias Coelho Negreiros - FIEB

Rui Dias Souza - FAEB

José Maria Landim Dominguez - UFBA

Maria Dolores Ribeiro Orge - UNEB

Renata Koga - COELBA

Elbia Gannoum - ABEEÓLICA

Rodrigo Lopes Sauaia – ABSOLAR

Mouana Fonseca - ABAF

Ronaldo Araújo Mol - ABRAFE

José Alberto Neves – ABRAFE

Renato Pegas Paes da Cunha - CEPRAM

Evilásio da Silva Fraga - CONERH